

Ano XX nº 5678 – 23 outubro de 2017

## Bancos fecham 16.879 postos de trabalho de janeiro a setembro deste ano

Entre janeiro e setembro de 2017, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, os bancos fecharam 16.879 postos de emprego bancário em todo o país. Em setembro, foi registrado o fechamento de mais 2.419 postos.

O expressivo saldo negativo foi resultado de 2.227 admissões e 4.646 desligamentos no mês, muitos desses relacionados ao programa de desligamento voluntário (PDV's) do Banco Bradesco, divulgado logo após a aprovação da Reforma Trabalhista pelo Senado Federal.

Só a Caixa foi responsável pelo fechamento de 6.789 postos, sendo 3.039 em março e 2.302 em agosto, os dois piores saldos apresentados. Meses, estes, seguintes às divulgações dos PDV's, também, abertos pela instituição em 2017.

Dentre todos os estados, São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro foram os que tiveram maior incidência de saldos negativos.



## Direitos retirados dos trabalhadores

O ataque aos direitos dos trabalhadores por parte do governo Temer é evidente. Os prejuízos da nova lei trabalhista entram em vigor no dia 11 de novembro. As mudanças atacam diversos pontos das regras gerais do trabalho conhecidas hoje, a exemplo das férias, horas extras, jornada de trabalho, rescisão contratual, modalidades de contratação e modo de contabilizar as horas trabalhadas.

Um dos absurdos da nova lei, que retira direitos históricos dos trabalhadores, diz respeito à jornada de trabalho, atividades de descanso, estudo, alimentação, higiene pessoal e troca do uniforme deixam de integrar a jornada de trabalho. Um absurdo. O período em que o funcionário está à disposição do empregador é considerado como serviço efetivo pela CLT.

A maioria das alterações beneficia os interesses dos patrões e deixa mais vulnerável a condição do trabalhador.



## Reforma da Previdência não tem chances de ser aprovada

Em entrevista para a Rede Brasil Atual, o senador Paulo Paim, afirmou que a proposta de Reforma da Previdência do governo Temer não tem mais condições de ser aprovada. De acordo com ele, a proposta não tem chances de ser aprovada nem em sua versão desidratada. Segundo o senador, o Planalto teria decidido abrir mão de alterar alguns pontos laterais, como regras de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), e a aposentaria rural, de modo a preservar as mudanças mais críticas, como a idade mínima para as aposentadorias (65 anos para homens e 62 para mulheres) com pelo menos 25 anos de contribuição mínima.

Por se tratar de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287, o projeto teria de ser aprovado na Câmara, com dois terços dos votos, em duas votações, até novembro, para seguir para o Senado, novamente em duas votações, até o dia 22 de dezembro, quando se encerram os trabalhos legislativos.

## Recém contratado recebe menos

Apesar da alta no número vagas de trabalho em setembro, os trabalhadores que foram contratados recebem salário menor dos que foram desligados. De acordo com dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), o salário médio de admissão no mês passado foi de R\$ 1.478,52. Já os funcionários que foram demitidos recebiam, em média, R\$ 1.685,37.

Mesmo com o crescimento na geração de empregos, o Brasil ainda apresenta saldo de empregabilidade negativo. Em 12 meses, o país perdeu 466.654 vagas com carteira assinada.

O cenário deve-se a má administração do governo Temer, que foca em políticas destruidoras do desenvolvimento social brasileiro. Inclusive a atual recessão econômica no Brasil é considerada a mais grave dos últimos 25 anos.